

Sociedade em Tumulto

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**RODRIGUES LOBO, A TRANSLAÇÃO  
DO ‘TRAJO DE HÛA ALDEA’  
E O SIMILE DA ‘CASCA E DO FRUITO’**

**RESUMO**

Com base em pesquisas arquivísticas prolongadas em minudentes análises textuais semiótico-retóricas da produção de Rodrigues Lobo, a autora propõe que o grande bucolista investe quase obsessivamente numa complexa estratégia de aguda *dissimulatio*, protectivamente escondendo assim uma narrativa poética e prosaica de natureza fantasma-autobiográfica, em defesa e declaração pessoal. Prevenindo o receptor de que o de que fala é queixume da Idade em que vive – receoso, por ser seu – e por isso ‘vestido no trajo de hũa aldeia’, Lobo *dissimula* e *agudiza* subtilissimamente, sabendo que se dirige a receptores de corte, treinados e capazes na construção exegeticamente pessoal da leitura praticada especialmente desde Dante, que a *agudeza* cortesanesca (*acutezza recondita*) defendida por Castiglione reforçara.

**Palavras-chave:** Rodrigues Lobo, *dissimulatio*, agudeza recôndita, polissemia.

**ABSTRACT**

Based on extensive archival research, together with detailed semiotic-rhetorical analyses of Rodrigues Lobo’s literary production, the author argues that this great writer invests almost obsessively in a complex strategy of *dissimulatio*, thereby protectively concealing his phantasmic-autobiographical narrative for the purpose of self-defense. Alerting the reader to the fact that his discourse is a complaint against the age in which he lives, and for that reason ‘dressed in village costume’, Lobo dissimulates with great subtlety, knowing that he is addressing a courtly audience trained and expert in the type of exegetic reading practised since Dante in particular, and reinforced by the courtly *acutezza recondita* advocated by Castiglione.

**Keywords:** Rodrigues Lobo, *dissimulatio*, *acutezza*, polysemy.

Em 1605, Rodrigues Lobo fez imprimir as suas *Églogas* na conceituada oficina de Pedro Crasbeeck (o melhor impressor ao tempo em Portugal) e dedicou o que era o seu terceiro livro ao ilustre catedrático da Universidade de Coimbra, o distinto teólogo Padre-Mestre Frei Luís de Soto Maior. O belo frontispício do livro (um dos mais belos exemplares bibliográficos portugueses para o tempo) fora gravado pelo afamado gravador real, o flamengo Piet Perret.<sup>1</sup> Fica-se assim com a impressão de que Lobo como que queria significar a seus inimigos, que os tinha, no seguimento dos trabalhos causados pela publicação de *A Primavera* e dos queixumes com que deles ficara,<sup>2</sup> que a sua posição de Poeta português era do mais alto quilate, respeito e seriedade em tudo, até nos mecenas, mesmo se o de que tratava eram pastores. Porque, afinal, em resposta a alguns dos censores que o tinham acusado de tratar de coisas ignorantes de pastores:

E se algum dos censores, que me escuta,  
 (Que por mais fundo vao que estê diante,  
 Sem azas quer passar com a roupa enxuta)  
 Disse qu' he ser pastor, ser ignorante,

adicionaria ele, logo nos versos seguintes da mesma carta da égloga IV:

Nem as razões estão só no concerto,  
 Nem no vestir custoso o ser galante.<sup>3</sup>

Frei Luís de Soto Maior, que participara no Concílio de Trento, era um frade culto e viajado (estudara em Lovaina, ensinara na Flandres, na Inglaterra – tanto em Oxford como em Cambridge – e na Alemanha)

\* O texto deste artigo foi originalmente matéria de uma conferência realizada nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa, em Março de 2009.

<sup>1</sup> Ernesto Soares, *História da Gravura Artística em Portugal – os artistas e as suas obras* (Lisboa, Livraria Samcarlos 1971) I, 15; e II, 417.

<sup>2</sup> Veja-se o que ele escreve no 'Prólogo ao Leitor' da 2ª. edição de *A Primavera* (Lisboa, Pedro Crasbeeck 1608).

<sup>3</sup> Égloga IV, v.37-42, in Francisco Rodrigues Lobo, *As Eglogas* (Lisboa, Pedro Crasbeeck 1605) fl.42v. Não deixa de ter interesse apontar que o 6º. Marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses, gozava da fama nacional de ser homem muito empenhado em vestir galante e custosamente.

e gozava da reputação de ter a paixão dos livros,<sup>4</sup> sendo muito afeito a ler também livros profanos (era, parece, grande admirador de Gil Vicente).<sup>5</sup> Correligionário do Prior do Crato, acabou por ser dos que ficaram de fora na lista do Perdão Geral concedido aos cratistas pelo Rei D. Filipe I de Portugal,<sup>6</sup> perdendo até o seu lugar de Lente de Prima de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra; mas, mesmo assim, tanta era a sua erudição académica que, jubilado já, voltou em 1589 a ensinar na Universidade pela grande falta que a sua lição fazia nas Escolas. Em 1601 (e já desde 1598 tratava da impressão),<sup>7</sup> Frei Luís fizera imprimir, na casa de Pedro Crasbeeck, o seu notável comentário ao *Cântico dos Cânticos*, intitulado *Cantici Canticorum Salomonis Interpretatio*. O literato Frei Luís era reputado como muito benfeitor dos que se valiam de sua pessoa: Frei Bernardo de Brito não só o qualifica de 'cofre de letras divinas e humanas' como gratamente refere uma informação que o douto frade lhe dera quanto a um códice (o *Pentateuco*), por ele consultado em Bolonha e supostamente escrito pela mão de Esdras.<sup>8</sup> Lobo confirma no próprio acto da dedicatória, em termos de mecenatismo, esta fama de afabilidade académica: 'Assegurame a' (boa vontade) 'que V.P. sempre mostrou de hõrar meus escritos'. Mas Frei Luís de Soto Maior apresentava ainda para Lobo (para lá da sua impecável credencial de ortodoxia religiosa tridentina, valiosa para defesa de um Cristão-novo) duas outras atracções: sabia muito bem a Língua Hebraica (que, suspeito, Lobo também aprendera na Universidade ou privadamente) e admirava o *Cântico dos Cânticos*, que, como veremos, Lobo parece também muito ter apreciado.

<sup>4</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana* (Lisboa, Na Oficina de Ignacio Rodrigues 1752) III, 141-144.

<sup>5</sup> Francisco Soares Toscano, *Parallos de Príncipes e Varões Illustres antigos, etc.* (Évora, Manuel de Carvalho 1623) fl.159.

<sup>6</sup> L. A. Rebello da Silva, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII* (Lisboa, Imprensa Nacional 1862) II, 610-612.

<sup>7</sup> Para as morosas negociações entre Universidade (Colégio de São Tomás) e Coroa, na impressão desta obra e de outras de Frei Luís, veja Manuel Lopes de Almeida, 'Artes e Ofícios em Documentos da Universidade', *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Anos 16-17, 61-62 (1970-73) 31, 38, 50, 81, 102; e Ano 8, 29-32 (1962) 105, 110-112.

<sup>8</sup> Frei Bernardo de Brito, *Monarchia Lusytana* (Mosteiro de Alcobaga, por Alexandre de Siqueira e António Álvarez 1597) Parte Primeira, Livro Segundo, fl.113v.

Como epígrafe introdutória das *Églogas*, inseriu Rodrigues Lobo discretamente, logo depois da dedicatória a Frei Luís (fl. 6), a importante oitava seguinte:

Hvm queixume dos muitos desta idade  
Que, como meu, se esconde, e se recea,  
Para o tirar a luz com liberdade,  
Vai vestido no trajo de hũa aldeia;  
Se lhe romper a capa da humildade,  
(Como custuma) a vam soberba alhea,  
Não lhe achará debaixo deste pano,  
Mais que razão, verdade, e desengano.

Nas estâncias 11 e 12 da carta introdutória da égloga IV, a chamada égloga da peste, supostamente dirigida a Diogo de Paiva de Andrada, continuava o Poeta na mesma veia, ao escrever:

O que há neste desuio vos offereço  
O estilo, as palauras tão singellas,  
A que tirou a arte, a graça, e preço.  
Porem não dana ouuillas, e sabellas,  
Tirailhe a casca como a qualquer fruita,  
E então direis do fruito que achais nellas.<sup>9</sup>

Quatro anos antes, em 1601, escrevera Lobo já, adicionalmente, no epifonema com que termina a Floresta 7 da Pte. 2<sup>a</sup>. da sua *Primavera*:

No fim destes pareceres o teue o dia: apartaramse os pastores, ficando para o outro o juizo de quem melhor respondera, e eu o remeto ao do discreto e curioso leitor, porque para perguntas amorosas bastam rústicos pastores, porem o responder a elas com a verdadeira satisfação só a auisadas damas e amantes cortesãos he concedido.<sup>10</sup>

E, dezoito anos mais tarde, logo no Diálogo I da *Corte na Aldeia*, pela voz do jovem Píndaro, o problema ainda não se arredara da mente de Rodrigues Lobo, que o punha nestes termos:

<sup>9</sup> Rodrigues Lobo, *op. cit.* (1605) carta da Égloga IV, v.31-36, fl.42v.

<sup>10</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *A Primavera* (Lisboa, Jorge Rodriguez 1601) fl.127v.

...e serão melhores os liuros que deleitem a memoria e a vontade e apurem e leuantes o entendimento...<sup>11</sup>

E ainda na mesma *Corte na Aldeia*, agora ao terminar dela, no Diálogo XVI:

...e em tanto se apurarão os entendimentos e a linguagem para materias e sujeitos mais escolhidos que sejam proueitosos e agradaueis aos ouuintes.<sup>12</sup>

Para melhor poder encontrar sinais remediais que ajudem a entender, uma vez quebrada a 'casca', o tipo de 'fruto' em que Lobo investe e mais ou menos protectiva e obscuramente elabora o seu discurso (segundo ele próprio enuncia na carta introdutória da égloga IV) ou o tipo de 'trajo' que o pano de aldeia encobre (como ele refere na oitava introdutória das *Églogas*), lancei-me numa apurada investigação marcadamente arquivística (em arquivos e bibliotecas, nacionais e estrangeiros) que alargasse o necessário conhecimento do situacionismo sócio-cultural e historicidade linguística autorial de Rodrigues Lobo. Apoiada pela morte da 'morte do autor' e a crescente ressurreição crítica dele desde então; apoiada ainda pelo esclarecimento final de Derrida quanto ao problema da 'textualidade';<sup>13</sup> apoiada, enfim, pela abertura crítica realizada pelo movimento da Cultural Poetics do New Historicism, com seu estudo da maneira como material de uma esfera discursiva é transferido a outra esfera discursiva e se transforma em universal estético,<sup>14</sup> fui tentando apurar o conhecimento de áreas malconhecidas do situacionismo extraliterário lobiano. E eram aliás muitas. Com base no conhecimento primeiro oferecido por Carlos Alberto Ferreira<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia, e Noites de Inverno* (Lisboa, Pedro Crasbeeck 1619) fl.7.

<sup>12</sup> *Ibid.*, fl.161.

<sup>13</sup> Jacques Derrida, Seminário de Filosofia, Universidade de Cambridge, 27.xi.1992. Derrida clarificou que, ao ter afirmado que 'il n'y a pas de hors-texte', não tinha querido significar que não há nada para lá do texto no sentido verbal, antes, que o 'texto' é todo o 'network' de referências e diferenças que geram a significação.

<sup>14</sup> Stephen Greenblatt, 'Towards a Poetics of Culture', in H. Aram Veeseer (ed.), *The New Historicism* (New York / London, Routledge 1989) 11.

<sup>15</sup> Carlos Alberto Ferreira, 'Francisco Rodrigues Lobo: fontes inéditas para o estudo da sua vida e obra', *Biblos* 19 (1943) 229-318.

quanto aos quatro processos inquisitoriais existentes para familiares de Lobo, consultei na área do material manuscrito centenas de processos inquisitoriais relativos a Leiria ou com a cidade relacionados, correspondência inquisitorial e outra, cadernos do promotor e livros de denúncias, códices políticos, miscelâneas poéticas, Chancelarias e livros do Desembargo do Paço, registos paroquiais e notariais, etc. Consegui, assim, obter um extenso e credível levantamento documental não só da vida sócio-cultural, especialmente, mas não unicamente, da cidade de Leiria, contemporânea de Rodrigues Lobo (incluindo um levantamento do ritual quotidiano na Casa de Vila Real leiriense), como, o que era o mais importante, um conhecimento detalhado do situacionismo sócio-económico na ordem social e do posicionamento religioso do Poeta, na sua cidade natal; do seu relacionamento com o Tribunal da Inquisição, tão activo relativamente a Leiria a partir de 1610 (tanto mais havendo evidência documental de Criptojudaísmo por parte de membros de sua família); do seu relacionamento com os mecenas, que o incentivaram, e com a Casa de Vila Real, soberana na cidade, ao tempo. A evidência obtida destas demoradas pesquisas documentais foi enormemente informativa e autorizou-me, em primeira mão, logo, a apresentar a público na *Modern Language Review*, de Abril de 1983, a primeira prova documental, jamais apresentada, sobre o Judaísmo de Rodrigues Lobo,<sup>16</sup> até aí apenas suspeitado. Levou-me, subseqüentemente, a totalidade de toda esta evidência documental, interaccionando com inúmeras e minudentes análises textuais, semiótico-retóricas da produção de Lobo, que realizei, à proposta final de uma sofisticada estratégia retórica de *dissimulatio* investida por Lobo na totalidade da sua produção, desde os *Romances* de 1596 até à póstuma *Jornada*. Tal é a proposta conclusiva que apresento no meu livro, saído a público em Lisboa, em Abril do ano passado de 2008, intitulado *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a estratégia da dissimulatio*.

Tendo em mão toda esta informativa evidência documental, importa, naturalmente, tentar compreender, agora textualmente – não perdendo nunca de vista a prescritiva lobiana enunciada nas *Églogas*, na *Primavera* e na *Corte na Aldeia* – no que consiste – neste *apurar do entendimento* – o conceito de escrita e leitura que Lobo apresenta nos segmentos que citei: porque é disso que ele aí fala. Tanto é o que vou tentar fazer de seguida, entretecendo nesta uma outra problemática

---

<sup>16</sup> Selma Pousão-Smith, 'The Judaism of Francisco Rodrigues Lobo', *The Modern Language Review* 78, no.2 (1983) 328-339.

que com ela se liga e que não é menos importante. E no que consiste ele? Baldesar Castiglione, no seu *Cortegiano*, ajuda-nos a compreender melhor esta insistência lobiana no *apurar do entendimento* tanto para a escrita como na leitura. Porque afirma, no Livro I do *Cortegiano*, o cortesão e diplomata Federico Fregoso, ao falar da escrita que deve assistir ao cortesão e à dama de corte:

...che se le parole, che usa il scrittore, portan seco un poco non diro di difficoltà, ma **d'acutezza recondita**, e non cosi nota, come quelle che se dicono parlando ordinariamente, danno una certa maggior authorità alla scrittura, e fanno chel lettore ua piu ritenuto, e sopra dise, e meglio cõsidera, e si diletta dello ingegno, e dottrina di chi scrive...<sup>17</sup>

...porque se as palavras usadas pelo escritor levarem consigo uma certa, não direi dificuldade mas agudeza recõndita, e desta forma não forem tão familiares como as que comumente se usam no diálogo, emprestam ao que se escreve maior autoridade e levam o leitor a estar mais atento, e a reflectir mais profundamente no discurso e na mestria da mensagem do autor.

Quero dizer que interpreto o que Rodrigues Lobo escreve, e citei, sobre o *apurar do entendimento* e o retirar do *trajo de aldeia* e da *casca ao fruto* como parcialmente coincidente com o que Castiglione escreve aqui: porque é de *agudeza recõndita* que o Poeta de Leiria nos está ali a falar. A escrita e a leitura que ele defende como a melhor e a que se espera do cortesão (e cortesãos eram, afinal, muitos dos seus leitores) e da dama de corte (que era, afinal, a sua tão estimada mecenas, extremamente por demais, sabemos, amiga de *agudezas*, ela própria, a crer em Tomé Pinheiro da Veiga),<sup>18</sup> a escrita e a leitura que ele defende é, mesmo sem assim a nomear, a da *agudeza recõndita*. Para Rodrigues Lobo, o acto da construção da leitura deve visar o *apurar do entendimento* porque o acto da escrita, ele próprio, propõe o objectivo desse apuramento ao investir no retirar e quebra da *casca* para obter o *miolo* do fruto (ou noz) que lá está dentro, ou no retirar do pano do *trajo de aldeia* para deixar ver o verdadeiro trajo, que está por debaixo e no fundo (como o Poeta nos avisa nos dois segmentos das *Églogas*). Pouco

<sup>17</sup> Baldesar Castiglione, *Il Libro del Cortegiano* (Venetia, Nelle case d'Aldo Romano, & d'Andrea d'Asola 1528) I, bvi.

<sup>18</sup> Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigimia* (Lisboa, Imprensa Nacional s.d.) 268.

nos espanta assim que, cerca de 50 anos depois, em Espanha, Baltasar Gracián, no *Criticón*, classificasse a ‘Corte na Aldeia del português Lobo’ de livro ‘eterno’.<sup>19</sup>

Ora a *agudeza* mais não é do que o *acutum dicendi genus*<sup>20</sup> da Retórica Clássica que Rodrigues Lobo aprendera, como os demais estudantes seus contemporâneos, nas Escolas de Coimbra, não só na afamada *Retórica* do Padre Cipriano Soarez, mas, ainda, como ele mostra conhecer, no *De Oratore* e no *Orator* de Cícero, mesmo ainda no *Brutus*, muito seguramente também em Quintiliano, se é que não também na popularizada e acessível *Rhetorica ad Herennium*, ao tempo considerada como com autoria de Cícero: pode mesmo ter aprendido ainda pela *Retórica* de Jorge Cassandro, também então usada em Portugal. A *agudeza*, que é uma virtude do *ornatus retórico*,<sup>21</sup> constitui articulação de subtileza e finura de espírito, em que por meio essencialmente de *tropos de salto de pensamento*, tais *ironia* e *alegoria* (também na sua forma cerrada de *enigma* e de *adivinha*); *tropos de alteração de limite de pensamento*, tais *emphasis*; e *figuras diversas de pensamento* (e mais raras algumas *de palavra*), tais: *traductio* (o chamado jogo de palavras), *distinctio* (ou *diáfora*), *enumeratio* (ou *esquema sumatório*), *exemplum*, *brevitas*, *sententia* (incluindo *epifonema*) e *urbanitas* (ou seja, a elegância cidadina) se provoca no receptor o estranhamento intelectual. O leitor ou receptor é convidado a fazer o seu próprio raciocínio, lançando uma ponte de ligação semântica entre o significante e o significado enunciados. Torna-se esse leitor/receptor portanto, na construção da leitura, num necessário cúmplice do autor. Cícero no *Brutus* (um dos seus livros onde a Retórica desempenha papel importante) liga mesmo o *acutum* (ou *agudeza*) não só com a beleza estilística (que afasta de si a banalidade rústica) mas também com a *prudentia*, essa virtude social que as proposições do *acutum* sempre escondem.<sup>22</sup>

Acontece que das pesquisas arquivísticas, que empreendi, ressalta repetidamente a circunstância do situacionismo não só de Cristão-

<sup>19</sup> Baltasar Gracián, *El Criticón*, (ed.) R. Seco (Madrid, Compañia Ibero-Americana de Publicaciones, S.A. s.d.) III, crisi xii, 280.

<sup>20</sup> Heinrich Lausberg, *Elementos de Retórica Literária*, tradução e prefácio de R. M. Rosado Fernandes (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian 1966) 137-140.

<sup>21</sup> Heinrich Lausberg, *Handbuch der Literarischen Rhetorik* (Stuttgart, Franz Steiner Verlag 1990) 277-279.

<sup>22</sup> Cicero, *Brutus*, translated by G. L. Hendrickson, *Cicero V* (Cambridge, Mass. / London, Harvard University Press 1988) xxvii.104.

novo de Lobo, mas também, o que não é menos importante, da sua condição social de cortesão – ‘*grande cortesão*’ o designa seu ainda contemporâneo D. Francisco Manuel de Melo –,<sup>23</sup> não só fora de Leiria, na corte do Duque D. Teodósio II, em Vila Viçosa, e na do irmão deste, D. Duarte, Marquês de Frechilla y Malagón, em Évora; e, em Penacova, na corte dos Condes de Odemira, como também em Leiria, entre a finaflores que na cidade girava em volta da corte do Marquês de Vila Real, alguma da qual era até constituída por parentes seus.<sup>24</sup> O fantástico ‘burguês’ Rodrigues Lobo, que alguns têm fantasticamente construído ao tratar da sua pessoa autorial a propósito da *Corte na Aldeia*, tem de ser – com base documental – posto, assim, de parte para revelar o escritor documental e factualmente real, ‘homem nobre’, cortesão, factualmente radicado na ‘nobreza de cargo’ e reputado até como ‘*enho em fidalguia*’.<sup>25</sup> A prática discursiva e a praxis performativa das cortes do Ocidente europeu tinham vindo a ser – desde a curialização da Idade Média quase carolíngia de Otão I, o Grande, e, sobretudo, a partir do século XIII –<sup>26</sup> a *dissimulação*, asteística açafata indispensável da *prudência* e da *cortesía*, sobretudo da cortesía do cortesão, ou seja a sua cortesania, e servida retoricamente na articulação da linguagem pela *dissimulatio*, esquema integrante do tropo da *ironia*. Com a *dissimulatio* se esconde o que é. E porque a *dissimulatio* é um esquema de *ironia* associado ao conceito de *prudência* e o *acutum dicendi genus* se articula por esquemas de *ironia* aliados a *prudência*, temos por força de razão que o uso da estratégia da *dissimulatio* em Rodrigues Lobo se ajusta e se engendra, pelo menos parcialmente, na sua *agudeza* asteística e *urbanitas* de cortesão português de Seiscentos, que ele era.

Rodrigues Lobo escreve, portanto, *agudamente* como defende (‘*a que tirou a arte, a graça, e preço*’, como ele diz no discurso da carta da égloga IV), para leitores que, agudamente, como defende também, sabiam que se esperava deles que fizessem o seu próprio raciocínio, apurando o entendimento e lançando uma ponte que ligue o significado

<sup>23</sup> D. Francisco Manuel de Melo, ‘O Hospital das Letras’, in P. Serra (ed.), *Apólogos Dialogais II* (Braga / Coimbra, Angelus Novus 1999) 88.

<sup>24</sup> Selma Pousão-Smith, *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a estratégia da dissimulatio* (Lisboa, Edição de Autor 2008) I, 538-554; e II, 99-104, 549-560.

<sup>25</sup> J. M. Teixeira de Carvalho, ‘Dois Capítulos da vida de Pedro Nunes’, *Revista da Universidade de Coimbra* IV (1915) 413-414.

<sup>26</sup> Aldo Scaglione, *Knights at Court* (Berkeley, University of California Press 1991) 21-86.

enunciado ao significante enunciante. Por outras palavras, receptores que se tinham habituado a fazer uso, na construção da leitura, dessa téttrade exegética, que fora primeiro parte da interpretação bíblica conforme a Filo de Alexandria (ou Hebreu), depois defendida por Orígenes e Santo Agostinho,<sup>27</sup> e que em tempos de Dante integrava já a construção da leitura laica ou, como ele a designa, da leitura dos Poetas.<sup>28</sup> Esta téttrade dividia-se em *sentido literal*, *sentido alegórico*, *sentido moral* e *sentido anagógico* (ou seja, este último o que tratava da eternidade do Logos). Quando Lobo nos aconselha, também a nós leitores de todo o tempo, a que retiremos o *trajo da aldeia*, em que o seu discurso – o seu queixume, nas *Églogas* – aparece enunciado; ou quer que tiremos a *casca ao fruto*, em que aparece enunciado igualmente o discurso da égloga IV, e procuremos debaixo da ‘capa de pano’, do primeiro, e no ‘miolo do fruto’, do segundo, os seus sentidos profundos, está a indicar-nos que não leamos de uma forma geral o discurso, qualquer discurso seu, como enunciado no sentido primeiro *literal*, pastoril apenas, antes, que lhe descubramos também o sentido profundo e essencial dos outros níveis: do *alegórico*, do *moral*, do *anagógico*. Este sentido profundo chama-se em Retórica *hyponoia*, *synemphasis* ou *significatio*, *suspicio et figura* e esconde um pensamento importante, e às vezes perigoso, através da articulação da *emphasis de pensamento* em *dissimulatio*.<sup>29</sup> Plutarco aproxima o conceito, na sua origem, da *alegoria*.<sup>30</sup> O lexema, como tanta coisa, aparece já em Platão.<sup>31</sup>

Agudiza, pois, Rodrigues Lobo como escritor cortesão que é, e tanto se esperaria dele. Dissimula, pois, como cortesão que é, Rodrigues Lobo, e ninguém lho estranharia. Só que o problema é mais complicado: porque Lobo era também, como disse, e se conhece documentalmente, não só escritor cortesão mas também escritor cortesão, Cristão-novo, filho de pai Cristão-novo e de mãe meia-Cristã-nova,<sup>32</sup> denunciado até ao Tribunal Eclesiástico de Leiria, cerca de 1602, por um criado do

<sup>27</sup> Isabel Rivers, *Classical and Christian Ideas in English Renaissance Poetry* (London, George Allen & Unwin 1979) 150-151, 169.

<sup>28</sup> Dante Alighieri, ‘Il Convivio’, in E. Moore and P. Toynbee (eds.), *Le Opere di Dante Alighieri* (Oxford, Oxford University Press 1924) II. i, 252.

<sup>29</sup> Lausberg, *op. cit.* (1966) 245.

<sup>30</sup> Rivers, *op. cit.* (1979) 168.

<sup>31</sup> Plato, *The Republic*, English translation by P. Shorey, 2 vols., *Plato V* (Cambridge, Mass. / London, Harvard University Press 2003) Book II. 378 E.

<sup>32</sup> Ferreira, *op. cit.* (1943) 231-232.

6º Marquês de Vila Real, irmão da sua mecenas,<sup>33</sup> e denunciado mais e chamado mesmo à Mesa da Inquisição, cerca de 1610, e aí '*interrogado sobre um livro*', numa experiência que ele confessou tê-lo '*sobressaltado*', fazendo-o lamentar que '*muito perseguem a Lei de Moisés*'.<sup>34</sup> Rodrigues Lobo é, afinal, escritor que aparece acusado, em dois processos inquisitoriais, de criptojudaizar, fazendo até cerimónias rituais hebraicas em companhia de sua Mãe, pelos menos a partir de 1609-10 (quando o Bispo Dom Martim Afonso Mexia provoca, no seu mesquinho antissemitismo, a primeira vaga de prisões inquisitoriais em Leiria, depois do Perdão Geral).<sup>35</sup> Apoiando adicionalmente tais denúncias, como sendo o Poeta criptojudaizante o parecem ter interpretado, pelo menos, dois contemporâneos seus, à data de sua morte em Novembro de 1621: o poeta D. Francisco de Portugal, que o admirava e que escreve na carta ao Bispo Dom Rodrigo da Cunha:

... por qua tudo são desastres francisco roiz lobo morreo afogado no Tejo  
que ate nas agoas ha engratidoens, na desgraça foi poeta, e, enfim era  
entre nos soo quem empremia mortes de fogo<sup>36</sup>

e D. Tomás de Noronha (que o detestava), primo e criado dos Vila Real, e que escreve nos seus infelizes e despiciendos dois sonetos à morte do Poeta:

Pastor Lereno, a morte injustamente  
Te acometeo; mas dizem que queimado  
Havias de morrer naturalmente.

e:

A miseravel alma lhe mandara  
C'um piparote ao reino do tormento.<sup>37</sup>

<sup>33</sup> Pousão-Smith, *op. cit.* (2008) II, 209-210.

<sup>34</sup> Pousão-Smith, *op. cit.* (1983) 332.

<sup>35</sup> Pousão-Smith, *op. cit.* (2008) I, 581-589.

<sup>36</sup> Ferreira, *op. cit.* (1943) 244-245.

<sup>37</sup> Ricardo Jorge, *Francisco Rodrigues Lobo* (Coimbra, Imprensa da Universidade 1920) 13-14.

Ora importa lembrar que a *dissimulação/dissimulatio* foi repetidamente aludida no tempo não só como linguagem de corte mas, adicionalmente ainda, como prática muito usada, de uma forma imaginativa, na linguagem de todos quantos tivessem a esconder uma filiação política proibida ou um culto religioso oficialmente proscrito.<sup>38</sup> Foi sempre (e continuará, suspeito, a ser) refúgio de heterodoxos em situações de pressão ortodoxa.

É neste situacionismo de dualidade lobiana – de ‘cortesão’ e de ‘Cristão-novo’ seiscentista português – que a *agudeza* do *simile* da ‘casca e do fruto’ que ela contem, se tem, em Rodrigues Lobo, ainda adicionalmente de inserir. E será para um outro italiano (e o Italianismo de Rodrigues Lobo é marcado), será para o grande Giovanni Boccaccio que nos teremos de primeiro voltar para esclarecer o *simile* da ‘casca e do fruto’ com que a prescritiva lobiana, para uma leitura *aguda*, necessária, e protectora do texto, se completa. Escreve Boccaccio, no cap.xxii, sobre a ‘Defesa da Poesia’, do seu *Trattatello in Laude di Dante* (também chamado *Vita di Dante*), que, mesmo se os Poetas escondem a verdade para melhor a proteger do vulgo, não devem ser eles apelidados de loucos, antes pelo contrário devem ser valorizados

...ançi furono nelle loro operationi di profondissimo sentimento, quanto è nel fructo nascoso, e d’excelentissima e d’ornata eloquentia nelle cortecce e nelle frondi apparenti.<sup>39</sup>

...porque empregam, nas suas operações, os pensamentos mais profundos no que toca ao **fruto escondido** e a mais excelente e ornada eloquência no que trata das **cascas** e dos ramos que mostram à vista.

O *simile* aparece também sob a forma de *alegoria* na literatura da Renascença, tendo sido até satirizado por Rabelais.<sup>40</sup> Entre nós, usara já dele também, pelo menos, o historiador João de Barros (tão admirado por Lobo) no seu prefácio à *Década Terceira*, ao elaborar sobre o ‘enxurro’

<sup>38</sup> Leo Strauss, *Persecution and the Art of Writing* (Glencoe, Free Press 1952) 24. Veja ainda Carlo Ginzburg, *Il Nicodemismo. Simulazione e dissimulazione religiosa nell’ Europa del Cinquecento* (Torino, Giulio Einaudi 1970) 183.

<sup>39</sup> Giovanni Boccaccio, *Trattatello in Laude di Dante*, a cura di G. Muzzioli (Verona, Ed. Alfredo Schiaffini 1955) 76.

<sup>40</sup> Rivers, *op. cit.* (1979) 170.

de tantos escritores.<sup>41</sup> Que este *simile* da *casca e do fruto* boccacciano interessasse particularmente ao Poeta cortesão Rodrigues Lobo, tendo tanto mais já sido usado por João de Barros, não nos pode surpreender pelas razões óbvias. O método – na sua base, platónico e continuamente augustiniano – de buscar o sentido profundo de um discurso na leitura, na contemplação, na ciência mesmo, acentuou-se com o Humanismo, mas tinha velhas raízes estampadas na cultura ocidental, especialmente através do conceito místico-filosófico propalado sobretudo desde o século V da era Cristã, que considerava o Mundo e o Universo como um ‘grande livro que é preciso ler’ e interpretar.<sup>42</sup> Menos óbvia é, todavia, uma outra razão, talvez, para a escolha feita por Lobo do *simile*. Porque facto é que antes de Boccaccio já o empregara no século XII, no seu *Enchiridion in Apocalypsim*, o místico monge calabrês, Giachino dei Fiore (Joaquim de Flora ou Flores),<sup>43</sup> lembrado por Dante no seu *Paradiso* (xii.140-141) como ‘Il Calabrese abate Gioacchino / Di spirito profetico dotato.’; e, o que é mais significativo ainda para Lobo, já o tinham usado os Hassidistas/Cabalistas franceses e alemães de princípios do século XIII, relativamente ao Trono Merkabah (e este trono era símbolo para eles da Essência Divina e do conhecimento da Existência e do Mundo) descrito no *Livro de Ezequiel*, livro onde também já se fala da diferença entre a ‘*medula do cedro*’ e ‘*os ramos*’ dele;<sup>44</sup> assim como, logo depois, mais para fins do século, empregaria o mesmo *simile* o Cabalista e principal autor do *Zohar* – e o *Zohar* é o grande manual do Cabalismo –, Moisés de Leão, ao comparar as palavras da Tora a uma *noz*, explicando que tal como a *noz* tem *casca* no exterior e *fruto* (núcleo) no interior, assim também cada palavra da Tora tem *casca* e *fruto*, correspondendo este último (o *fruto*) ao sentido mais profundo.<sup>45</sup> Ora nós sabemos que Rodrigues Lobo não só era Cristão-novo como parece ter conhecido bem o *Zohar* (ou *Livro do Esplendor*), porque por sua própria mão o revela (e pareço ter sido a primeira pessoa a notá-lo) no MS. das ‘Cartas dos Grandes do Mundo’, ao inserir na

<sup>41</sup> João de Barros, *Décadas Primeyra, Segunda e Terceyra da Ásia* (Lisboa, em casa de Jorge Rodrigues 1628) III, fl.3v.

<sup>42</sup> Hans Blumenberg, *Die Lesbarkeit der Welt* (Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag 1981) 58-67.

<sup>43</sup> Gershom G. Scholem, *La Kabale et sa symbolique*, traduit de l’allemand par Jean Boesse (Paris, Editions Payot 2000) 67.

<sup>44</sup> *Ibid.*, 67. Veja mais *Livro de Ezequiel*, 1.26; 10.1-2; 17.22.

<sup>45</sup> Scholem, *op. cit.* (2000) 67-69.

margem da página onde escrevera a tradução da Carta no.4 dessa secção, ‘Carta de Alexandre a Dario’, a nota seguinte: ‘Zocha’, et Cantiam’.<sup>46</sup> O *Zohar* é um comentário místico, judaico, sobre o *Pentateuco*, mas que comporta ainda três adicionais partes,<sup>47</sup> relativas ao *Livro de Rute*, às *Lamentações* e – ao *Cântico dos Cânticos* (esse livro que, como vimos, tanto interessara já a Frei Luís de Soto Maior, e onde, no versículo 6.10, se lê simbólica e prenhezmente ‘Eu desci ao jardim das *nogueiras*’). É a essa última parte do *Zohar* (o comentário relativo ao *Cântico dos Cânticos*, e que se diz ter interessado sobremaneira já a Pico della Mirandola)<sup>48</sup> que, interpreto, Lobo está também a referir-se. Era o *Zohar* aquele livro que ele tinha e de que os Inquisidores estavam tão interessados em saber pormenores e circunstancialismo cerca de 1610? O Cabalismo gozou de extremo apreço entre a comunidade Sefardita peninsular, especialmente depois dos trabalhos das expulsões e Baptismo Geral,<sup>49</sup> e foi até, entre alguns escritores Cristãos do tempo, uma moda intelectual: tome-se para exemplo o caso conhecido de D. Francisco Manuel de Melo.

Apoiando esta leitura de interesse (interesse de que tipo, não conhecemos bem) por parte de Lobo, relativamente ao *Zohar*, há de facto evidência de análise textual para propor que um dos níveis exegéticos de leitura *aguda* (neste caso o *anagógico*) a retirar dos Discursos XIV-XV de *O Desenganado* (os discursos que tratam da complexa *alegoria* da Cova do Segredo, ou Casa Oculta do Segredo)<sup>50</sup> possa persuasivamente descodificar-se buscando um fundo Cabalístico, particularmente esse do ‘trono Merkabah ezequiélico’, de que ‘a noz’ é o símbolo, no *Zohar*, com suas ‘portas’, e chaves e porteiros, e diversos compartimentos, salas ou celas Hekhalot da ‘Casa com o nome de Deus’, por onde Oriano tem de passar para alcançar, em Hokhamah (Sabedoria) e purificação última, subindo até degraus a uma torre, o objectivo da sua missão existencial

<sup>46</sup> British Library, Add. MS. 14021, fls.63 e v.

<sup>47</sup> *Le Zohar, Cantique des Cantiques*, traduction par C. Mopsik (Vendôme, Editions Verdier 1999) 7-10.

<sup>48</sup> Frances A. Yates, ‘Pico della Mirandola and Cabalist Magic’, in Frances A. Yates, *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition* (London, Routledge 2002) 101.

<sup>49</sup> Helder Macedo, *Do Significado Oculto da Menina e Moça* (Lisboa, Moraes Editores 1977) 79.

<sup>50</sup> Francisco Rodrigues Lobo, *O Desenganado* (Lisboa, António Álvarez 1614) fls.84-98v.

de conhecimento da Verdade Divina:<sup>51</sup> tanto mais numa 'cova', por onde catabaticamente se desce para ascender depois, com toda a bagagem simbólica que tal *alegoria* comporta desde tempo imemorial. Como o 'núcleo da noz' é nomeado, no *Zohar*, o círculo dos místicos cabalistas. É a Chéquina – a última e a mais perfeita das emanações divinas, ou Sefirote, da doutrina Cabalística – é comparada também ela ao 'miolo da noz'.<sup>52</sup> Além do que, enunciações numerológicas do discurso, conotadas arquitetonicamente, são invariavelmente índice de privilégio enunciativo cabalístico:<sup>53</sup> sete são aqui os guardas ao todo da Cova do Segredo. Ora sete era para Filo Hebreu (esse autor hebraico-alexandrino, contemporâneo de Cristo, que Lobo, citando, mostra conhecer e admirar, e autor que I. F. Baer considera um antecessor do Cabalismo)<sup>54</sup> o número representativo por excelência da totalidade cósmica: três do Céu e quatro do Mundo. A hebdómada é, dentro da década pitagórica, seguida e hebraicizada pelo alexandrino Filo Hebreu, o único número que não engendra qualquer dos números dela nem é engendrada por eles. É para Filo, dentro do contexto hebraico sempre, como que um número sagrado e o que mais se aproxima no seu poder único da Divindade.<sup>55</sup> No ritual cabalístico do Sabbat, este é o sétimo dia, dia 7, em que a Luz Divina jorra do alto mundo superior e penetra no mundo profano, em que os seres humanos vivem os seis dias da semana.<sup>56</sup> Como número quase sagrado se revela ele já na cultura hebraica: não só o *Génesis* como o *Livro de Reis* distinguem a importância divina do número sete como também, no cap. 9.1 do *Livro de Provérbios*, a casa da Sabedoria de Salomão está sustentada, pela mesma razão, por sete colunas.

---

<sup>51</sup> *The Zohar*, translated by H. Sperling and M. Simon, 5 vols. (London, Soncino Press 1931-34) I, Appendix I, 370-381. Veja mais Isidore Epstein, *Judaism* (London, Penguin Books 1990) 224-225.

<sup>52</sup> Scholem, *op. cit.* (2000) 71, 101, nota 46.

<sup>53</sup> Frances A. Yates 'The Cabalist Friar of Venice: Francesco Giorgi', in Frances A. Yates, *The Occult Philosophy in the Elizabethan Age* (London, Ark Paperbacks 1983) 29-30.

<sup>54</sup> Scholem, *op. cit.* (2000) 47.

<sup>55</sup> 'De Opificio Mundi', in *Philo* with an English translation by F. H. Colson and G. H. Whitaker, 10 vols. (London, William Heinemann Ltd. / New York, G. P. Putnam's Sons 1939) I [88-129], 73-103.

<sup>56</sup> Scholem, *op. cit.* (2000) 157-158.

Mas porque Rodrigues Lobo é ‘cortesão’ ao mesmo tempo que é ‘Cristão-novo’, falando e escrevendo, por ambas razões, a linguagem cortesanesca da *dissimulatio*, tal nível exegético – anagógico – de leitura não quer de forma nenhuma dizer que, simultânea e paralelamente, este interessante segmento do *Desenganado* não ofereça (na complexa construção ambigualmente *dissimulatória*, que Lobo conjura, por entre *alegorias* e esquemas de *emphasis de pensamento*, em sua funambulesca prestidigitação retórico-linguística) a possibilidade de outras mais leituras em nível, por exemplo, *alegórico*, em que a ‘cova do segredo’ pode querer satiricamente significar (como António José Saraiva e Óscar Lopes sugeriram)<sup>57</sup> os Paços da Inquisição (‘porque os que dela saem vêm tão afeiçoados ao silêncio’),<sup>58</sup> ou mesmo, até, como eu sugiro, ironicamente, a Cova de Penacova, onde se deviam ‘sepultar’ os segredos todos: e, quiçá, muitas outras interpretações possíveis. O que o receptor tem na sua frente, como de regra acontece no discurso de Lobo, é uma polissemia significativa, em deslize, donde *apurando o entendimento*, deitando *agudamente* fora as *camadas da casca* e tentando encontrar o sentido profundo do *fruto* – da noz – acabe por alcançar completa a construção da sua leitura. O método quintessencialmente lobiano é, afinal, quase modernamente pirandéllico!

Tão delicado e tão complexo é o situacionismo contextual do autor Rodrigues Lobo, cortesão e Cristão-novo, que a análise textual retórica da sua produção, uma vez culturalmente bem-informada e arquivisticamente bem-documentada, vai revelar, na *inspectio* comparativa da realidade factual do ser e da sua literária reprodução mimético-dissimulada, o grau verdadeiramente espantoso da invenção e da perícia linguística do Poeta. Rodrigues Lobo baralha hábil e artificialmente os níveis de descodificação exegético-alegórica, via um investimento ambíguo nos vários esquemas de figuras e tropos que servem a irónica *dissimulatio*, especialmente via o seu tão eficaz uso da *emphasis de pensamento*, esse utilíssimo esquema que parece ter estimado mais do que qualquer outro. Porque com a *emphasis de pensamento* se esconde a expressão de um pensamento importante, perigoso ou mesmo obsceno, relativamente à situação do discurso, atrás de uma expressão de aparência inofensiva.<sup>59</sup> A habilidade está em

<sup>57</sup> António J. Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa* (Porto, Porto Editora 1989) 430.

<sup>58</sup> Rodrigues Lobo, *op. cit.* (1614) XIV, fls.84v-85.

<sup>59</sup> Lausberg, *op. cit.* (1966), 245.

investir num pensamento cujo conteúdo distintivo é apropriado não só para a situação do discurso em mãos mas, também, para muitos outros discursos possíveis. Deslize semântico e certo grau de *ambiguidade* não só protegem (tanto mais em tempos tão italianizantemente mentalizados no recurso judicial) o emissor-autor como exigem do receptor-leitor o grau de *agudeza* de que Lobo fala nos segmentos que citei. Esta passagem dos Discursos XIV-XV do *Desenganado*, que acabo de referir, é de tanto persuasivo exemplo.

Mas, um outro caso exemplar, de natureza diferente e, antes de mais, alegoricamente histórica, ajudará a trazer à luz e ilustrar, ainda melhor, a imaginativa *agudeza* do método lobiano, em que, por entre vários veios ideológicos, documentado situacionismo biográfico-histórico e isotopias temáticas, Rodrigues Lobo vai, via a estratégia *dissimulatória* da *emphasis de pensamento* usada, tecendo uma tapeçaria diegética de *ambiguidade e polissemia*, em perfeito deslize semântico tal que põe o discurso todo à mercê da interpretação do receptor. Ele, ou ela, que apurem o entendimento e leiam o que lhes parece que lá pode estar inscrito.

No cap. VI do volume II do meu livro, analiso textualmente, em minúcia, a totalidade da importante, e excelente, égloga VI, a chamada égloga contra a murmuração, propondo aí, com apoio no material arquivístico que encontrei, tratar-se de um magistral esforço realizado por Lobo, então ainda estudante de Leis, em construir segundo os preceitos do *genus iudiciale* das Escolas coimbrãs, uma *égloga* inusitadamente *forense*, que constitua o seu processo pessoal de defesa – da sua reputação poética e outra – contra o Marquês de Vila Real e o ‘seu bando’. O recurso autobiográfico – no caso de Lobo, fantasma-autobiográfico – era, desde pelo menos Isócrates, uma conhecida e usada articulação de defesa pessoal literária.<sup>60</sup> Mas tão agudamente cerrado em abertura é o discurso da égloga VI de Lobo, tanta e tão habilmente é a *dissimulatio* nele investida que o que teria sido muito mais acessível de interpretação, ao *apurar do entendimento* na construção da leitura do cortesão e dama de corte de Seiscentos, seus contemporâneos, se mostra hoje tarefa difícil sem os sinais remediais da evidência arquivística (equivalente à contextualização de que esses leitores seus contemporâneos gozariam). Claro que o leitor fica poeticamente

<sup>60</sup> Georg Misch, *A History of Autobiography in Antiquity*, translated by E. W. Dickes in collaboration with the author, 2 vols. (London, Routledge & Keegan Paul 1950) I, 164-165.

seduzido (e Rodrigues Lobo é um grande sedutor literário) e segue sem dificuldade a correnteza na leitura do *nível literal* primeiro, que Lobo lhe apresenta: isto é, quão necessária é a morigeração e a reforma do vício da murmuração, estragando reputações, causando dano e infelicidade a tantos, às vezes com base apenas em mentiras e invenções daqueles que são, na verdade, os verdadeiros culpados. É-nos mesmo possível passar ao *nível tropológico* e moral, partindo desta necessidade de reforma de uma sociedade em que se abusa de tal maneira, via a murmuração, de um inocente. Mas Rodrigues Lobo é um Poeta incomparável na complexidade polissêmica da invenção e uma tal leitura, apenas, ter-lhe-ia parecido a ele, e às damas e cortesãos seus admiradores e seus contemporâneos, leitura meramente de rústicos. Assim, o *nível alegórico* do discurso da égloga VI, precisando de sinais remediais, como espécie de *enigma* (ou *alegoria* cerrada) que se apresenta, vai encontrar em parte da evidência arquivística, documental, material informativo remedial que facilite o entendimento da maneira como material de uma esfera discursiva é transferido a outra esfera discursiva e se transforma em universal estético.

Na pungente carta introdutória, dirigida ao Leitor, da dita égloga VI,<sup>61</sup> Rodrigues Lobo lança-se, em apostrofação a esse *ideal leitor* anónimo – investindo em discurso pessoal autorial, como sempre o é o das cartas das églogas –, num magoado acometimento aos que, gente ‘cobiçosa’, ‘murmuradores lisonjeiros’ lhe atacam a ele, autor da carta e da égloga, a obra, ‘desarmada de engano, e de cautella’(v.13), desviando ‘A honra, e ser que a meus escritos dais.’(v.50) E, assim, introduz, em *exemplum* (esse esquema tão judicial no seu valor de precedente) a figura histórica de Temístocles, o famoso general ateniense, vencedor de Xerxes. E, como se quisesse continuar a elevar sócio-culturalmente, em mostra de erudição pessoal, o valor do enunciado da égloga (por dirigida *dissimuladamente* a um grande do Reino: a nobreza era em regra geral – como é bem sabido – alvo de engrandecimento mitológico e histórico no discurso que se lhe dirigia), Lobo adiciona ao *exemplum* da Antiguidade, um *simile* reforçado de *amplificatória comparação* e seguido de um feixe de mais *exemplos metafórico-alegóricos*, sujeitos a *dissimulatória brevidade*, de novo retirados da erudição da Antiguidade; começando no v.58, fl.70:

<sup>61</sup> Rodrigues Lobo, *op. cit.* (1605) fls.69-71v.

E vereis a cada hum trazer no seo  
Mais Gregos d'armas que o caualllo antigo,  
Que para mal de Troya a parir veo.  
Não me acautelo agora do perigo,  
Que se fugirlhe agora pretendera,  
E por a tanta gente em paz comigo.  
Nem de Plutão a Gálea me escondera,  
Nem de Giges o anel me assegurara,  
Nem de Palas a vara os commouera.  
Nem de Mercurio a fruta me liurara,  
Nem de Vulcano a rede vingadora,  
Tanto ofensor, cruel, ao sol mostrara.(v.69, fl.70v.)

E terminando nos v.70-72, fl.70v:

Não escapara, se outro Vlisses fora  
Destas línguas, que fallão tam sem pena,  
Nem que tiuesse as partes de Pandora.

Servindo-se sempre da mesma isotopia figurativa de que os que 'procuram de si deixar memória' – ou seja, deixar seu nome na memória da História – devem seguir o exemplo dos grandes e virtuosos da Antiguidade, não, o dos viciosos, mentirosos, adúlteros (daí a *insinuatio* da 'rede vingadora de Vulcano'), interesseiros, abusadores e lisonjeiros serviçais que só rodeiam os poderosos para aquisição de favor pessoal, em detrimento da honra dos outros, Lobo encadeia nova série exemplar, retirada como a primeira da Antiguidade, com ela terminando a carta, mas em redução agora ao *hilare*, redução sempre segura de ridículo, cómico e minimização, tanto mais zoomorficamente qualificada como se encontra:

E as orelhas de muitos mais compridas,  
Inda que azas a algũs se representem,  
Para julgar as vezes são de Midas,  
E não he bem que as Musas lhes contentem.(v.130-33, fl.71v)

É quase impossível imaginar que o leitor cortesão e a leitora dama de corte, seus contemporâneos, treinados em *agudeza*, sobretudo os colocados dentro do contexto sócio-cultural e biográfico leiriense do tempo (também conhecido, todavia, no diminuto Portugal continental,

fora de Leiria, nos corrilhos cortesãos de Lisboa e Coimbra) não tivessem suspeitado a possibilidade de descodificação, passado o *nível literal* primeiro, agora no *nível alegórico*, do *exemplum* de Temístocles, introduzido pelo misterioso terceto dos v.28-30, fl.69v:

Não he de animo forte e vencedor,  
Pellos despojos sôs de algum rendido,  
Deixar lugares de honra e de louuor

como alusão (e a *emphasis* do *exemplum* chama-se em Retórica *alusão*) magoada, por parte do Poeta, ao 6<sup>o</sup> Marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses, ambicioso general das tropas portuguesas na defesa de Ceuta, afamado pelo Reino e também em Espanha como denodado e valente militar, que sabia melhor do que ninguém vencer os Mouros. D. Miguel gozava documentalmente, por outro lado, da reputação de ser (como seu pai) muito dúctil e facilmente manobrado por seus lisonjeiros criados, que o serviam na satisfação da leviandade dos caprichos, e a quem ele em compensação beneficiava generosamente.<sup>62</sup> Aqui os temos nesta égloga, colocados imaginativamente por Lobo na nossa frente. Ao cortesão e à dama de corte, tal como ao receptor hoje documentalmente informado, a oscilação dinâmica e pendular (*the pendular, dynamic oscillation* da Cultural Poetics)<sup>63</sup> entre o discurso sócio-histórico concreto, conhecido, e o discurso estético-literário universal, lido, torna-se por momentos quase evidente. Porque facto é que, em fins de 1603, o Marquês tinha realmente, como está documentalmente atestado, recusado (deixado um *lugar de honra e de louuor*) o cargo de Governador da Índia para que a administração o convidava.<sup>64</sup> E como que para confirmar a suspeita deste nível alegórico de leitura que os contemporâneos poderiam fazer, Lobo logo adiciona nos v.43-45, fl.70:

Quem procura e si deixar memória,  
Não tropeça em cajados de pastores,  
Nem faz tantas questões da sua história.

O terceto não impressionaria tanto como expressão passível de interpretação de *nível alegórico* alusivo, se não soubessemos, de novo

<sup>62</sup> Pousão-Smith, *op. cit.* (2008) I, 397-419.

<sup>63</sup> Greenblatt, *op. cit.* (1989) 12.

<sup>64</sup> Pousão-Smith, *op. cit.* (2008) II, 395.

documentalmente também, que a 'história de Lereno pastor', primeira figura de *A Primavera*, custou ao autor empírico Francisco Rodrigues Lobo horas de muita amargura, como ele próprio assevera no Prólogo ao Leitor da segunda edição da novela, em 1608,<sup>65</sup> e como na sua carta no.8 insinua: 'Graças a V.M. e figas a meus inimigos que não podem ter força no em que V.M. me deu valia.'; e, na atormentada no.9, datando dos mesmos anos, a certa altura escreve: 'Estou neste desterro que por ser pátria minha he agora a meus olhos tam desengraçado como eu sempre o fui nos da ventura'.<sup>66</sup> Desterro verdadeiro, desterro poético? Não é onírica a ideia de desterro verdadeiro já que sabemos que, por volta de 1602, como disse atrás, um criado do Marquês de Vila Real, o Licenciado Manuel de Fontes, colega de Lobo em Coimbra, apresentou ao Vigário Geral de Leiria, no Tribunal Eclesiástico da cidade, uma denúncia contra Rodrigues Lobo, ocorrência coincidente com um memorial enviado privadamente ao Rei, em que o Marquês apresenta queixa do procedimento de criados seus e da mãe de um deles, relativamente à honra de sua Casa.<sup>67</sup> Este 'desterro' epistolar bem pode corresponder, portanto, a verdadeiro desterro enquanto se inquiria oficialmente da situação, como era costume fazer-se. O desterro em casa, na própria cidade ou fora dela, era prática não desconhecida em Leiria e no país em geral, por estes anos, como os casos passados com D.António de Ataíde, em 1621, e Francisco Vaz de Castelbranco, três anos mais tarde, bem comprovam. O desterro de D.Luís da Silveira, o fidalguíssimo grande amigo de Lobo, a quem ele dedicaria, em 1608, *O Pastor Peregrino*, esse, por muito grave acusação de bigamia, implicou mesmo prisão e confiscação de bens durante a averiguação oficial do caso.<sup>68</sup>

A coincidência homóloga dos pormenores fictivos e documentados – os criados bajuladores, murmurando e intrigando junto do Marquês, acusando, quiçá, *A Primavera* de Lobo, dedicada à irmã do Marquês, como abuso de desrespeito por parte do Poeta para com ela e a Casa de Vila Real (especialmente tendo em mente as lindíssimas 'Oitavas da História de Sileno' e o modernismo documentado do comportamento da dama); a fúria do Marquês ante tais intrigas; a tentativa em fazer imprimir *A Primavera* em segunda edição (cortada

<sup>65</sup> Jorge, *op. cit.* (1920) 386, nota 1.

<sup>66</sup> Ferreira, *op. cit.* (1943) 288 e 283, respectivamente.

<sup>67</sup> Pousão-Smith, *op. cit.* (2008) II, 386-390.

<sup>68</sup> *Ibid.*, II, 458.

em certos segmentos, para que outro editor pedira até licenças em 1604, que Lobo teve de obviar) – repete-se e leva a suspeitas, por parte do receptor informado, de que a *nível alegórico* de leitura esta égloga VI represente um ataque forensemente literário, *dissimulado*, empreendido magistralmente (como mostro no capítulo VI do volume II do meu livro) por Rodrigues Lobo contra o Marquês de Vila Real e o seu bando, em processo de defesa própria, e em método judicial de pulverização das testemunhas de acusação. Tantas se revelam pendular e espantosamente as coincidências entre *res facta* extratextual e *res ficta* intratextual, entre realidade factual e histórica extratextual, e sua contemporânea, e realidade fictiva, intratextual, que o/a leitor/a não poderá deixar de se perguntar, intrigado/a, se o que Rodrigues Lobo está a realizar não é de facto a codificação *enigmáticamente ambígua* de um enunciado de pacto fantasma-autobiográfico, na tradição grega iniciada por Isócrates da autobiografia usada como defesa pessoal, aliada adicionalmente ao esquema clássico, renovado, do *poeta et historiographus* (que anota o que não quer que caia no *oblivium*);<sup>69</sup> e, ancorada ainda na mais recente moda quinhentista da autobiografia como discurso literário semi-histórico.<sup>70</sup>

No corpo da égloga VI propriamente dita, passada a excelente carta introdutória dela, Lobo retorna incessantemente à isotopia figurativa da língua (como ‘lança que fere’, como ‘lima que corta’, como ‘traça que come’, como ‘víbora que desentranha’, como ‘lagarta e ferrugem que come o trigo’, como ‘seta, arcabuz, espada e lança que tudo alcança’, v.106-119) tornada, na insistência, isotopia temática do mal da murmuração. Elaboro sobre as várias maneiras que os viciosos têm de murmurar, apontando como, frequentemente, a inveja está na base dessa murmuração. Insinua mesmo, lamentosa posto que dissimuladissimamente, pela voz de Serrano:

Deixemos os da villa na contenda,  
Que tambem para nos isto he vedado (nos v.37-39, fl.72v)

<sup>69</sup> Mark Chinca, *History, Fiction, Verisimilitude\_\_Studies in the Poetics of Gottfried's Tristan* (London, The Modern Humanities Research Association 1993) 53-66.

<sup>70</sup> Philippe Ariès, ‘Para uma história da vida privada’, in Philippe Ariès e George Duby (dir.), *História da Vida Privada*, tradução revista por A. L. Carvalho Homem (Porto, Ed. Afrontamento 1990), III (dir. R. Chartier), 11-12.

quanto a sua condição de 'homem da Nação' lhe veda tanta oportunidade, incluindo esta de *entrar na contenda* abertamente como os outros fazem. Continuando depois a lamentar esse vício da má-língua que muitos usam para as faltas dos outros mas não para as suas próprias, diz o pastor Bento:

    Todos de alheos erros fazem praça,  
    E os seus calandoos ficãolhe a de fora.  
Cuidão que o dizer mal lhes cae em graça,  
    Passa a noite, o dia, o mes, e o anno,  
    Não ha quem de fallar os satisfaça. (v.59-63, fl.73)

E aqui, de novo, impressiona a maneira como a evidência documental sócio-histórica, conhecida, relativamente à pessoa, agora, da mecenas, Dona Juliana de Lara (o muito que se murmurava da sua reputação apelidada de 'leviana', havia vários governos, como, em 1621, escrevem os Governadores ao Rei),<sup>71</sup> passa a integrar textualmente o discurso da égloga e a deixa a oscilar pendularmente entre o discurso sócio-histórico do facto documentado e o discurso reinventado do universal da representação estético-literária. No contexto que venho a salientar, toda esta série de homologações é demasiadamente perfeita para poder ser mera coincidência, tanto mais que Lobo nos avisou logo de que o de que ia falar nas églogas era 'Hvm queixume dos muitos desta idade / Que, como meu, se esconde, e se recea...'. Não faltam adicionalmente informantes como que para ancorar bem a crítica do 'queixume' à sua cidade natal, tais a alusão ao 'vodo do começo', ou seja, o Bodo do Pão e Queijo leiriense, tão afamado, com suas festas religiosas e laicas de danças, folias e competições, como na realidade factual está documentado que acontecia.<sup>72</sup> Lobo enriquece o quadro com um segmento brilhante de *enargeia* pinturesca que roça frequentemente na miniatura da *hipotipose* da luta livre travada entre dois pastores locais. E, lembrado de novo de que era Cristão-novo, Lobo não esqueceu agradar ao douto Teólogo a quem dedicava a obra, inserindo, nos v.271-73 (fl.77), esta *dissimulada* e muito *ambígua* observação (uma obra-prima exemplar de investimento na *emphasis de pensamento*); o mundo está tal que:

<sup>71</sup> Pousão-Smith, *op. cit.* (2008), II, 972-981.

<sup>72</sup> *Ibid.*, I, 169-174.

A verdade porém sô val a igreja,  
 Nella estâ como a luz aparecendo,  
 Ca não ha quem a falle, ou quem a veja.

Podemos aqui descodificar Rodrigues Lobo admirador da Reforma Religiosa? Tanto é o deslize semântico do enunciado, tanta a *ambiguidade* apoiada na *emphasis* que apenas a *insinuatio* permanece: e a suspeita. Mas quem o poderia ir assim interpretar, quando o livro era dedicado, com tanto encómio, ao douto Teólogo participante do Concílio de Trento? Porque, afinal, no seu deslize semântico a asserção, como *emphasis de pensamento* que é, pode ser até também lida como admiradora da Contra-Reforma, mais recente. O próprio enunciado relativo a Temístocles pode ser lido, inofensiva e paralelamente, como mero nível alegórico mitológico, de engrandecimento do discurso dirigido todo ele, afinal, a cortesãos e damas de corte. E o ataque à murmuração, esse, facilmente se integra no inofensivo geral de estar Leiria documentalmente atestada, nos processos inquisitoriais, como cidade onde, em tempos de Rodrigues Lobo, havia ‘homens mordedores de famas, honras e vidas alheias’, onde a murmuração se revelava doença social endémica, a ponto de ‘da boca de alguns se trazer até quase por adágio dizer “Libera nos, Domine”’, conforme João Monteiro Arnaut, o almoxarife do Marquês, afirma ao Tribunal da Inquisição.<sup>73</sup> Rodrigues Lobo investe protectiva e cuidadosamente na *emphasis de pensamento*, assim assegurando, em *dissimulatio*, a infinitização do mesmo. Faz-se juridicamente intocável.

Lembrado de que com receio tinha que esconder o de que queria queixar-se, Rodrigues Lobo, como emissor, limita-se a pôr na frente do receptor uma hábil, engenhosa e complexa polissemia significativa, totalmente em deslize semântico infinitizante, poderosa na sua operação desse esquema tão literário que é a ambígua *insinuatio*, deixando o receptor, todavia, totalmente sempre livre e responsável pela *agudeza* da escolha interpretativa e descodificadora – nesse romper do pano do ‘trajo de uma aldeia’ e nesse retirar da ‘casca’ para obter o ‘fruto’ – que lhe aconselhou para leitura. Na operatória fluidez, em deslize, da abertura enunciativa, simultaneamente tão cerrada à leitura imediata, e na tão técnica sofisticação textual da construção minuciosa do seu discurso, Rodrigues Lobo torna-se quase nosso contemporâneo: como tal, proponho, o devemos ler na universal grandeza da sua esplendorosa arte.

<sup>73</sup> *Ibid.*, I, 160.